

Bolívia: abaixo a repressão à greve docente Em defesa do POR boliviano



Órgão da Tendência Pelo Partido Operário Revolucionário Ano I — nº 04 — Dezembro de 1989 — NCz\$ 4,00

Enfrentar a fome Que a CUT chame um Congresso Por uma Campanha Nacional de Luta

A inflação explodiu. Já se tornou hiperinflação. Poderá rapidamente alcançar os 50% ao mês. O custo de vida é o mais atingido. Os alimentos básicos estão a preço de ouro. O salário mínimo de NCz\$ 788,18 decreta mais fome, mais miséria, mais sofrimento, mais mortalidade infantil. Apenas dois litros de leite por dia consomem metade desse mínimo. Para os trabalhadores que recebem acima do mínimo, a política salarial não lhes assegura sequer o reajuste inflacionário. As massas estão a mercê de um grande arrocho. Através da inflação, o grande capital reduz os salários. É a expropriação do capital contra o trabalho. Que, somadas às contínuas perdas impostas pelos vários Planos Econômicos, tem-se uma das maiores ofensivas capitalistas contra a vida das massas. É uma violência contra os assalariados, que só tem sua força de trabalho para viver. É a ditadura burguesa, que descarrega a crise capitalista sobre a maioria nacional. As massas são obrigadas a carregar nas costas o capitalismo putrefato. São obrigadas a suportar o peso da exploração imperialista e dos capitalistas nacionais. A opressão nacional é quase na sua totalidade jogada sobre os assalariados. O pagamento da dívida externa, a sustentação dos aplicadores parasitas e todo tipo de enriquecimento são extraídos do trabalho e miséria dos oprimidos. Está aí toda verdade: o capitalismo não pode se manter senão oprimin-

do mais e mais. Os capitalistas já não conseguem sequer sustentar minimamente seus escravos modernos. É uma farsa que um novo presidente tirará o país da opressão imperialista e as massas do precipício. Os trabalhadores só podem contar com suas próprias forças. Só podem contar com a luta direta de massa. Só podem contar com a greve, com ocupações, com as manifestações de rua, com suas organizações de luta. Chega de demagogia! Chega de eleitoralismo! Vamos organizar o combate antiimperialista e anticapitalista! Que a CUT convoque um congresso de emergência. Que se aprove uma Campanha Nacional de Luta! Que coloque a organização de uma nova greve geral na cidade e no campo! Que chame as massas aos comitês de luta, de ação direta! Que convoque as assembleias populares! Que todos sindicatos convoquem suas assembleias! Que se formem os comandos regionais! Que se prepare grandes concentrações operárias e populares! Esse é o caminho e a forma de resistir aos exploradores do povo.

PELO FIM DO SALÁRIO DE FOME!

PELO FIM DO ARROCHO SALARIAL!

POR UM SALÁRIO MÍNIMO REAL, REPOSIÇÃO E REAJUSTE REAL DOS SALÁRIOS, COM ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS E TERRA AOS CAMPONESES!

**As tarefas do
Movimento Operário
pág. 2**

**Frente Popular versus
Frente Antiimperialista
pág. 6**

Abre-se uma nova etapa política

As Tarefas do Movimento Operário

A eleição de um novo presidente não muda o essencial para as massas. A exploração do trabalho continuará, o flagelo de milhões diante da fome, doenças e da falta de teto permanecerá e o desespero de famílias inteiras desempregadas não sofrerá nenhuma alteração. Pelo voto popular, isto é, das massas oprimidas, um novo governo tomará o lugar de Sarney, que deixa o país afogado numa monumental dívida externa e interna, a grande maioria sobrevivendo com menos de 1 a 3 salários mínimos, uma multidão de camponeses famintos e sem terra e uma economia estagnada, indicando tendência de franco retrocesso. Ao mesmo tempo em que Sarney deixa uma vasta camada da população vegetando com um mínimo de NCz\$ 788,18, deixa também uma ultraminoria engordando seu capital com altas taxas de juros e com a expropriação salarial via alta inflacionária. Esse quadro nos diz que, embora o Brasil esteja mergulhado numa de suas maiores crises, os capitalistas continuam protegidos e as massas carregando em suas débeis costas o monumental peso.

E, após as eleições, quando o novo governo colocar em prática seus planos, como ficará a situação dos trabalhadores? A disputa entre Collor e Lula ainda não está decidida, mas supõe-se que o candidato do PRN sairá vencedor. O fundamental, entretanto, é que a eleição de qualquer um dos presidenciáveis abrirá uma nova etapa da crise. A subida de Collor ao poder implicará num imediato choque eco-

nômico e na recomposição das forças burguesas no Estado, em cujo centro estará a representação pró-imperialista. A ofensiva capitalista e imperialista contra as massas e o país será extraordinária. As imposições de recolonização das metrópoles e de canalização das tendências explosivas da crise mundial sobre a nação oprimida encontrarão na nova etapa, as portas escancaradas.

A camarilha Sarney mostrou-se muito débil entre as pressões do imperialismo, de setores oligárquicos e perante a luta das massas. Por essa razão, foi incapaz de impor integralmente qualquer um dos seus planos econômicos. Collor estará voltado a aglutinar atrás de si as frações burguesas, a colocá-las sob o comando da burguesia imperialista e a se confrontar com as massas. Um ataque em toda a linha às condições de vida dos assalariados, a reconcentração monopolista via desestatização, quebras e desnacionalização, para manter o capitalismo em pé, fundamentam a estratégia collorista. Esta linha está posta pelo próprio caráter estrutural da crise capitalista, que não se limita às fronteiras brasileiras.

O esgotamento dos mercados, o avultamento do parasitismo financeiro, o bloqueio do crescimento das forças produtivas e a marginalização nunca vista de bilhões de seres humanos no mundo inteiro conferem o conteúdo das políticas econômicas do capital, que se movimenta de acordo com a vontade soberana do imperialismo. A crise econômica brasileira é parte desse todo e passará daqui para frente cada vez mais pelo crivo dos opressores nacionais. Isso obrigará que a burguesia se choque mais a fundo contra as massas e que uma fração mais poderosa se imponha perante as demais, que deverão se sujeitar a quebras e perdas de privilégios.

Essas forças em conflito darão a forma do governo pró-imperialista de Collor, que certamente será de crise aguda. Aos trabalhadores que elegeram Collor e os que a ele se opuseram terão de necessariamente se revoltarem em pouco tempo, abrindo a possibilidade do proletariado surgir como força revolucionária dirigente.

E qual é a perspectiva apresentada pela Frente Brasil Popular? A Frente se propõe romper com a dominação imperialista? Se dispõe a chamar as massas a ganhar as ruas e golpear a fundo o poder do grande capital? Está disposta a organizar o movimento camponês para confiscar os latifúndios e nacionalizar as terras? Desenvolverá uma política de massas para golpear o braço armado da burguesia e organizará as milícias populares?

Não, a Frente Popular não se coloca no terreno antiimperialista. Não tem por objetivo levantar o proletariado como direção da maioria oprimida, que através de seus próprios métodos resolva a questão do poder e das transformações estruturais da economia (modificação no caráter social da propriedade). Perante a grande crise e a orientação pró-imperialista do grande capital, o PT procura se impor como uma variante de esquerda nacional, que se caracteriza por aspirar o desenvolvimento do capitalismo semicolonial, mas sem romper com os grilhões do imperialismo. Nisto reside sua inviabilidade histórica e suas contradições. Seu destino é a do fracasso como sempre aconteceu com os nossos antigos nacionalistas e estalinistas, que sonharam com a revolução democrática burguesa.

Em função da constituição de uma frente ampla com o PDT, PSDB e PCB, seu governo democrático e popular

Campanha Financeira da TPOR



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS POR UM PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Contribua com a Campanha Financeira da TPOR:
A serviço do acirramento da luta de classes
Construindo os organismos de base dos
trabalhadores, independentes dos patrões,
seu governo e seu Estado
Pela destruição do capitalismo
Pela Ditadura do Proletariado
Pela Construção do Partido Operário Revolucionário

expõe com toda clareza a natureza de conciliação de classe. E não poderá ser de outra maneira, qualquer que seja o governo que se proponha a dirigir o Estado capitalista não pode estimular a luta de classes. Mas particularmente um governo democrático e popular do PT tem por força de sua política de ser um instrumento de colaboração entre o capital e trabalho. O fundamental de sua governabilidade está essencialmente na sua capacidade de viabilizar a continuidade do capitalismo sem que as massas irrompam os limites impostos pelas negociações (pactos).

Neste ponto reside a sua segunda falácia, pois nas condições de desagregação do capitalismo e na existência de uma crise social de grande dimensão como a do Brasil não há lugar para um governo de conciliação durável, pois isso implicaria em grandes concessões às massas, que o capital não pode fazer. O receio que o PSDB tem, quando imprópriamente critica a "República Sindicalista" dos 13 pontos da Frente Brasil Popular, é precisamente de que este governo perca por completo suas capacidades de administrar a luta de classe e seja impotente para controlar o avanço do movimento social sobre a grande propriedade privada, que poderia começar pelo campo. Por outro lado, está previsto que qualquer reforma ou medida econômica que atinja os interesses do capital encontrará fortes resistências no interior do Estado, o que poderá abrir uma grande crise no regime e as massas intervirem descontroladamente.

A fração social-democrata assumida do PT trabalha intensamente para adaptar o programa aos demais partidos burgueses (por suaves representantes da social-democracia internacional), porque tem plena consciência de que o governo democrático popular não poderá se assentar na luta de classes e no vulcão social ativo. Para cumprir seu papel de governo, terá de contar com o apoio de uma fração do capital ligada mais aos interesses do mercado interno. Não é por outra razão que se tem propagandeado o compromisso de não dar combate à dívida interna, e incentivado a idéia de proteção de setores da economia nacional contra a voracidade do imperialismo.

Todas as pretensões do passado de não se pagar a dívida externa, de se fazer uma ampla reforma agrária, sob o controle dos trabalhadores, estatizar o capital financeiro, para voltá-lo à produção, acabar com a ciranda especulativa e tirar as massas da miséria vão para o fundo do baú. Em seu lugar, se coloca a suspensão da dívida para renegociá-la, a reforma agrária será controlada e feita pelo Estado, a dívida interna será pactada, o rombo financeiro da União será resolvido pela via fiscal e outras medidas típicas da política econômica burguesa.

Essa diretriz poderá ter alguma vigência inicial, pois o governo democrático poderá lograr o apoio momentâneo dos explorados, que guardam alguma expectativa nas promessas de distribuição de renda. De outro lado, a burguesia possivelmente procurará se acercar desse governo à procura de se utilizar de sua autoridade perante os trabalhadores para se chegar a um pacto social e a uma trégua na luta grevista. Fatalmente o governo de coalizão frente-populista conclamará o proletariado e as massas a darem tempo para implementar suas medidas econômicas. Este é um dos principais problemas que se coloca para a nova etapa, caso a Frente Brasil Popular ganhe afinal as eleições.

O governo da Frente tem um dos trunfos mais cobiçados pela burguesia, que é a CUT e o conjunto de sindicatos sob sua direção. A transformação da Central Sindical em pilar de sustentação do governo de conciliação é decisivo para a trégua e para um período de "paz social", isto é, de quebra de resistência dos explorados à extração capitalista da mais valia e à pobreza em que estão mergulhados. Esta é a porta para se desfechar um golpe violento no processo de construção independente do proletariado. Há tempo o governo e o capital vêm tentando domesticar a CUT sem muito sucesso. A sua burocratização e fusão com o Estado seria uma grande vitória da burguesia, pois desar-

maria a classe operária de um poderoso instrumento de centralização das massas, sob sua direção, contraposto à centralização da burguesia no aparelho estatal. Aquilo que o capital não conseguiu fazer com suas manobras de pacto social, o governo democratizante pequeno burguês o faria.

É necessário se distinguir claramente um governo pró-imperialista de Collor e o democrático popular do Lula. Contudo, não se pode ludibriar o que tem de comum. Ambos se propõem a manter o Estado capitalista. No caso de Collor não há o que questionar, pois é um representante nato da burguesia, mas no do PT, que arrasta os explorados em nome do classismo e da influência que tem nos sindicatos, há que se condenar porque se configurará numa traição às aspirações dos oprimidos de lutar contra os seus algozes. Este é o ponto crucial que se abre na nova etapa. A luta pela independência política do proletariado ganha outras dimensões. Seja perante o governo pró-imperialista, seja perante o democrático-nacionalista, o proletariado tem de se colocar numa posição de luta contra o Estado burguês e o conjunto da sua política, que inclui o reformismo democrático da Frente Brasil Popular.

O essencial de toda experiência é a conclusão que das eleições não sairá nenhum governo que emancipe o País do imperialismo e golpeie a estrutura latifundiária, invista contra o poder dos monopólios e livre as massas da opressão. Essa posição é decisiva para o proletariado compreender que a burguesia só cederá lugar às transformações através da revolução proletária, que a derrubará pela força do Estado. A revolução de massa desmantela integralmente o domínio da classe burguesa sobre a economia e a política, e coloca o proletariado, unido à maioria explorada, no comando do Estado e da propriedade dos meios de produção. O proletariado deve trabalhar e caminhar nesse sentido, o que exige como condição se livrar do reformismo e todo tipo de oportunismo. Não deve perder de vista o norte estratégico da tomada do poder e instalação da ditadura proletária, governo da maioria contra a minoria exploradora. Para que essa tarefa amadureça, sem imediatismos, a formação de um partido operário revolucionário é imprescindível. É parte constitutiva da situação que se abre a construção desse instrumento revolucionário.

As massas não podem esperar nenhuma solução de qualquer governo para seu desespero. Não podem desativar o combate um segundo sequer, quando a exploração do trabalho não cessa em nenhuma fração de tempo e quando a miséria crônica não dá nenhuma trégua. As reivindicações elementares deverão multiplicar as greves de resistência ao insuportável custo de vida. As bandeiras de escala móvel dos salários, salário mínimo real, reposição de todas as perdas, aumento real dos salários e terra aos camponeses servirão de alavanca para levantar o proletariado contra a exploração.

Desde já, a consigna de preparar a greve geral, por tempo indeterminado, na cidade e no campo está colocada. Acompanhada a ela deve-se defender o método das ocupações, da auto-defesa e controle operário da produção. Levantamos a aliança operária e camponesa como forma política de criar os meios de combate anticapitalista e antiimperialista. Chamamos as forças políticas a se alinharem por detrás do proletariado na estruturação de uma Frente Revolucionário Antiimperialista, que se baseie numa plataforma de rompimento com a opressão nacional, liquidação dos latifúndios e expropriação dos monopólios.

Os sindicatos e a vanguarda que mantenham alguma independência frente à política reformista devem se colocar pela convocação de um Congresso da CUT para organizar o combate, permitir a formação dos comitês de luta e abrir um canal de ação direta da maioria explorada para se contrapor às conseqüências nefastas da crise capitalista que se agudizará no próximo período. Pela total independência das massas junto ao Estado e ao novo governo! Nenhuma trégua aos capitalistas! Por em pé as organizações de massa! Defender as reivindicações das massas! Preparar a greve geral! Construir o partido operário revolucionário!

As alianças do 2º turno e o Governo de Coalizão

Lutar pela independência de classe

A passagem de Lula para o 2º turno colocou a possibilidade de concretização do governo democrático popular, através da ampliação da Frente Brasil Popular e, portanto, de sua realização estratégica. O programa dessa frente sempre apontou para a perspectiva de um governo de coalizão com setores da burguesia, de um método que leva à integração dos trabalhadores ao quadro da democracia e do Estado burgueses. E, principalmente, para a negação da luta direta pelo poder. Sob essa perspectiva, as massas são chamadas a apoiar primeiro uma frente, depois um governo, cuja finalidade é a de pequenas reformas no capitalismo, dentro dos limites estabelecidos pelas instituições do regime vigente. A democracia de Estado tem um papel essencial nessa estratégia, o que pressupõe a manutenção do poder real da classe burguesa e dos mecanismos de repressão. A governabilidade petista só é possível segundo a direção do partido através da ampliação da Frente Popular, com a incorporação dos chamados "partidos progressistas" à campanha e ao governo.

O PT e as Alianças

A conduta do PT diante do 2º turno das eleições mostra com clareza a função desse mecanismo tanto para os interesses da burguesia quanto para a orientação frentista do próprio PT. O PT defendeu o critério do 2º turno para que pudesse realizar todo tipo de alianças, como estamos assistindo neste momento. E, se caso o resultado eleitoral fosse outro, o PT e a Frente Brasil Popular estariam enfileirados por detrás do PDT e PSDB. Como vemos, na prática, toda defesa que o PT fez do 2º turno como norma eleitoral tinha por substância a constituição da Frente Popular.

Para a burguesia, se tratou de criar um obstáculo antidemocrático e fraudulento. Assim, o 2º turno é um elemento de pressão disciplinadora sobre qualquer candidato mais à "esquerda" ou "radical". Previa-se que qualquer que fosse o vencedor no 2º turno, estaria sob os condicionamentos dos setores burgueses. Por incrível que pareça, a política frentista do PT vem de encontro a essa imposição patronal. E Collor não poderia perder a chance de demonstrar no vídeo que a coerência partidária do PT se esfumou diante das alianças colocadas e da ânsia de arrebatar votos não importantes para isso qualquer princípio.

Os "treze pontos" já foram jogados no lixo. Para a direção petista, eram apenas "bandeiras eleitorais". Já se apresenta um novo "programa". Diante das pressões do PSDB, principalmente em relação à questão agrária e à dívida externa, o PT apresenta o seu Plano de Ação de Governo. Esse plano vem para responder às exigências dos partidos burgueses democratizantes em relação ao apoio à Lula: Nada de não pagamento da dívida, mas pela negociação com o imperialismo; nada de reforma agrária, nem mesmo nos latifúndios improdutivos, e muito menos sob o controle dos trabalhadores; nada de estatização do sistema financeiro, mas pelo seu "controle"; nada de estatizações, mas pela privatização,

"protegendo e resguardando a soberania nacional".

O que está nos cálculos dos capitalistas é que, na hipótese de um governo frente populista, indesejável e prematura diante das atuais circunstâncias, se passaria primeiro por um fracasso de política econômica reformista, para depois estar obrigado a aplicar as receitas do imperialismo, se voltando contra as massas como um agente direto do capital. O sentido das alianças com os partidos burgueses, condicionados pelas

exigências do capital é tornar confiável essa alternativa à burguesia.

O Governo democrático e popular como instrumento de realização do entendimento nacional

Diante da crise econômica, os partidos e as frações burguesas tiveram que se posicionar. Com diferenças de grau, duas linhas dominantes se apresentam: aquela dos setores mais ferrenhamente pró-imperialistas, que se posicionam por um novo choque econômico cuja essência se-

O PT e o capitalismo

No Jornal O ESP, de 26/11/89, Aloísio Mercadante coloca algumas medidas a serem tomadas pelo governo da Frente Brasil Popular caso seja eleito. Em linhas gerais, o programa se propõe a administrar a crise através da negociação de redutores nos preços junto aos empresários, combate à sonegação de impostos, reforma orçamentária, renegociação da dívida interna e externa e política monetarista em relação aos juros.

O que chama mais a atenção é a submissão aos monopólios em relação aos reajustes de preços, a intocabilidade da dívida interna, a disposição de pagar os credores externos e a proposta de reforma na balança comercial com a abertura às importações.

É esse o governo que se oporá ao imperialismo, à recolonização e ao grande capital? Certamente que não. Essas medidas, ainda que atritosas com certos setores da burguesia, empenhados na desestabilização total e no entreguismo mais descarado, são plenamente aceitáveis pelo grande capital. Essa via apresentada pelo assessor econômico de Lula conduziria o PT a uma submissão orgânica à política patronal e ao Estado capitalista. É para isso que os explorados estão apoiando o PT?

A CUT e o apoio à Frente Brasil

Dia 22 de novembro último, a Tendência POR participou de um debate realizado pela CUT Regional Grande S.P., onde se discutiu "a política da Frente Brasil Popular para as coligações no 2º turno e como se deve dar o apoio da CUT nesse novo momento eleitoral".

Sobre o primeiro ponto apenas foram dados informes que não levaram a maiores polêmicas. Já na questão relativa ao apoio da CUT à Lula, a maioria dos presentes (à exceção do T.POR) se pronunciou de modo "ardorosamente favorável" a que nesse momento todos os sindicatos ligados à Central empenhem todos os esforços no sentido do mais amplo apoio, passando por se formar, em suas respectivas categorias, comitês de apoio pró-Lula, etc. Nesse sentido, tanto as posições mais à direita, como a da Articulação, quanto àquelas de discurso "mais à esquerda" como a CS e CO, uniram-se num único "coro", clamando a que a CUT "não vacile" e se mobilize inteiramente em torno da "única candidatura operária (a da FBP), no 2º turno".

O que mais chama a atenção são as colocações das correntes centristas (CS, CO, etc), que, para justificar suas posições seguidistas e de mais descarada adaptação ao eleitoralismo, tentam mascarar o debate com a mistificação de "uma candidatura operária", evitando assim a discussão central que é a do conteúdo do programa sobre o qual se apoia tal candidatura e da aliança com os partidos burgueses.

A T. POR procurou colocar claramente a questão que todos, hipocritamente, tentavam esconder, ou seja, o conteúdo reformista e de colaboração de classe da FBP, sua proposta de "administração do Estado capitalista em crise" e, que com tal política, se choca cada vez mais violentamente contra os interesses imediatos e históricos da classe operária, pois desarma o movimento operário para reagir contra a exploração e a miséria impostas pelos exploradores.

A tentativa desses grupos de separarem a candidatura Lula do programa reformista da FBP, nos opusemos de forma categórica, afirmando que tal colocação não passa de uma impostura, pois o caráter da candidatura Lula está determinado não pela origem de classe do mesmo, mas pelo conteúdo burgueses de seu programa. Desse modo é que, apontar para a via eleitoral como saída para as massas oprimidas, é antes de mais nada encurrá-la no campo de ação da burguesia que, como demonstra a história, tem levado o movimento operário às suas maiores derrotas.

A partir dessa colocação e diferenciação os militantes da T.POR propuseram que a participação da CUT no processo eleitoral assumisse um papel secundário, sendo que o chamamento do voto no PT por parte dos sindicatos, estivesse condicionado à exigência de que Lula e o PT rompessem com a política de conciliação de classe da FBP e se lançassem na defesa de um programa proletário e de independência de classe para as eleições.

Nesse mesmo sentido, diante de mais um profundo golpe que o imperialismo e seus aliados prepararam contra as massas exploradas para o próximo período, propomos que a CUT tome para si como tarefa central, a partir desse momento, a organização da greve geral por tempo indeterminado, por:

AUMENTO REAL DE SALÁRIOS!

ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS!

MORADIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO PARA TODOS!

REFORMA AGRÁRIA RADICAL SOBRE O CONTROLE DOS TRABALHADORES; EXPROPRIAÇÃO DO LATIFÚNDIO!

ria o arrocho salarial e a desestatização da economia, e que corresponde às exigências do imperialismo no sentido da recolonização; e a outra, favorável à reordenação das relações econômico-financeiras através de uma negociação que inclua o capital nacional, o imperialismo e os assalariados, na linha do pacto social. Essa é a do PT, que defende um governo que executaria amplas negociações e permitiria uma retomada do crescimento nos marcos do capitalismo. Mas com os acordos do 2º turno se quer essa linha do PT seria implementada.

No co-governo, o PT entraria com a influência que tem sobre a CUT e o PSDB, PDT e PMDB com a retaguarda de uma fração do poder econômico, e com os pontos essenciais do programa de governo. Ainda como instrumento controlador, haveria o Congresso Nacional. O Congresso reacionário que elaborou a Constituição semiparlamentarista passa a ser o fator de governabilidade para o governo democrático e popular. A atual legislação seria plenamente utilizada no sentido de controlar o co-governo, submetendo-o aos limites estabelecidos pelo grande capital nacional e o imperialismo.

O frentismo eleitoral leva necessariamente ao governo que tem de se apoiar nas relações do Estado capitalista que, em última instância, são determinadas pelo poder econômico, pelos monopólios, e pelo grande capital financeiro. Ao contrário de se apoiar nas massas contra os capitalistas, esse governo se apoiará no poder do Estado e no poder do Estado e no aparelho sindical controlado para bloquear as lutas das massas e abrandar a luta de classes. Portanto, o governo saído do voto não será um governo parido pelas massas, tendo o proletariado à cabeça. Será filho das instituições da sociedade burguesa e a soberania continuará em suas mãos. A força social que continuará a dominar o Estado será o proprietário capitalista. As massas são chamadas a sustentar um governo que não é delas e contra elas estará voltado.

A única conclusão possível é que a tática frente-populista eleitoral só pode servir para bloquear a independência de classe dos trabalhadores, em oposição às suas tendências de emancipação política. Sua consecução será uma traição às massas, que identificam no PT um instrumento de oposição antipatronal. Essa política frente populista só pode dar origem a um governo burguês que, de início mais "democrático" ou "reformista", passa a ser um agente direto das classes inimigas contra as massas, ou mesmo criar condições para a contra-revolução ao bloquear as tendências próprias das massas.

A vanguarda revolucionária que milita no PT só pode se colocar por travar uma luta sem trégua à tática de frente popular e a todos os passos seguidistas aos partidos patronais.

**PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO PROLETARIADO!
POR UM PROGRAMA DE EXPULSÃO DO IMPERIALISMO, EXPROPRIAÇÃO DO CAPITAL E SOLUÇÃO DA MISÉRIA DAS MASSAS!
PELA FRENTE REVOLUCIONÁRIA DAS MASSAS!
PELA ALIANÇA OPERÁRIA E CAMPONESA!
POR UMA CAMPANHA NACIONAL DE LUTA CONTRA À MISÉRIA E A FOME!
PELA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS!**

O PDT é progressista?

Uma das mistificações que se faz no momento é a respeito do chamado "campo popular" e sobre os chamados "partidos progressistas". O PDT é apontado pela maioria como "progressista".

No chamado "campo popular" se incluem o PSDB e setores do PMDB. Esses partidos, que antes eram um só, foram signatários do "Plano de emergência" do Congresso Nacional, que corresponde às exigências imperialistas de recolonização, passando pelo arrocho salarial, desestatização, corte aos subsídios a produtos populares, quebra de empresas com déficit, etc. São aqueles que pressionam o PT para que abra mão das bandeiras de "Não Pagamento", ataque aos latifundiários, estatização do sistema financeiro, reposição do salário, escala móvel, etc. São aqueles que querem o co-governo em suas mãos, contra as massas. Que defendem que as organizações de base e de massa se integrem ao governo frentista para servir de apoio para as medidas "antipopulares". Talvez o nome mais correto para esse campo fosse justamente esse: campo antipopular.

E o PDT, que não é signatário do Plano de Emergência? Este, além de se colocar também contra as reformistas bandeiras da Frente Brasil Popular, defende e apoia o chamado Sindicalismo de Resultados de Luiz Antonio Medeiros, até o convidou para ser vice em sua chapa. O mesmo sindicalismo que é apontado pela própria CUT como contrário aos interesses dos trabalhadores.

O PDT também foi aquele que mais atacou o PT no 1º turno. E o atacou procurando pressionar o PT no sentido de garantir seu apoio (e o da CUT) à sua candidatura no 2º turno, sem maiores negociações, sob seu programa ditado pela social-democracia europeia (II Internacional), isto é, por uma das frações da burguesia imperialista.

A denominação de progressista e popular do PDT serve para encobrir que se trata um partido burguês que defende a aplicação das propostas do imperialismo através de uma espécie de entendimento nacional (leia-se integração da CUT, sindicatos e organizações populares ao governo, contra as massas). Qualquer tentativa de aliança com o mesmo deve ser repudiada em defesa da independência de classe.

A esquerda e as eleições

Diante das eleições as organizações de esquerda mostraram com toda clareza suas colocações estratégicas.

A Democracia Socialista (DS) e a Vertente Socialista (VS), ao apoiarem a Frente Brasil Popular, demonstraram quão próximas estão programaticamente da Articulação. E como as críticas ou divergências levantadas não justificam o fracionalismo praticado dentro do PT. A divergência em relação à expansão da Frente até o PMDB só tem conteúdo eleitoral.

A Convergência Socialista (CS) tem defendido insistentemente a caça dos votos no eleitorado do PDT, PSDB, etc. Nada de críticas sequer à ampliação da Frente Brasil Popular rumo aos partidos patronais. A orientação da CS é que todas as organizações de base dos trabalhadores se coloquem a serviço da caça de votos para Lula, através da formação de comitês eleitorais. A discussão sobre a greve geral foi jogada para o próximo congresso da CUT ou depois.

A Causa Operária (CO) tem cristalizado cada vez mais a sua estratégia de um governo saído do voto como base para se chegar ao socialismo. A candidatura Lula é mistificada até onde é possível. A CO chega a se encantar com a candidatura operária. Assim fecha os olhos para o papel de Lula na sustentação da Frente Popular e para sua ampliação no 2º turno.

Agora tem a companhia do Jornal "Luta de Classes", que aponta para a possibilidade de um governo petista, apoiado nas massas, se opor às instituições do regime burguês, bastando que não integre ministros burgueses e assuma um programa de transformações. A sua defesa de se colocar todos os sindicatos e organizações a serviço da campanha de Lula aproxima-os da CS, e a crítica à Frente Brasil Popular carece de conteúdo, pois se restringe à presença de Bisol como vice na chapa de Lula, sem sequer criticar o conteúdo do programa democrático popular ou sua perspectiva eleitoral em oposição às tendências de luta das massas.

A falência política da esquerda coloca ainda com mais força a necessidade de construção da Tendência POR e a luta contra o eleitoralismo e o frentismo populista, em defesa da independência de classe, dos métodos revolucionários e da ditadura do proletariado.

A Convergência Falseia

O jornal Convergência Socialista lançou uma edição especial sobre o 2º turno das eleições. Nela a CS chama o voto dos eleitores de Covas e Brizola em Lula com argumentos de que Covas é "honesto e democrático", e Lula também; e de que Brizola se proporia a "mudar este modelo econômico colonial", e Lula "é o único que vai romper com os imperialistas e suspender o pagamento da dívida externa".

A primeira falsificação é evidente: Brizola representa os interesses da Internacional Social-reformista (fração do imperialismo francês e alemão). Jamais se colocaria pelo rompimento ou enfrentamento com o imperialismo. O argumento sobre Covas, de que seria "honesto e democrático" é próprio da moral burguesa e pequeno burguesa, e falseia o conteúdo fundamental desta e da outra candidatura: o seu caráter de classe burguês. São candidaturas da classe inimiga e representam seus interesses.

A segunda é sobre a possibilidade de Lula romper com o imperialismo e suspender o pagamento da dívida. Tanto Lula, quanto os integrantes da Frente, dirigentes do PT, Aloisio Mercadante, etc, têm colocado abertamente que o PT não vai deixar de pagar a dívida. No máximo, deixará de pagar os juros atrasados do gov. Sarney.

A própria CS não defende uma ruptura com o imperialismo, através de um não pagamento. Sobre a questão da dívida, se lê no mesmo jornal: "queremos a suspensão do pagamento da dívida externa". Aquilo que já havia sido defendido no Congresso da Une, e que levou a CS a publicar uma errata em seu jornal afirmando que suspensão era igual a não pagamento assume agora forma mais precisa.

O que a CS faz na campanha eleitoral, procurando a todo custo "levar Lula à presidência para os trabalhadores governarem", se arrastando por trás da política reformista, nada mais é que prática habitual do Morenismo que em outros tempos, na Argentina, também se arrastava por trás de Peron colocando-o mesmo como o grande chefe de sua corrente política.

Duas táticas frentistas opostas

A Frente Popular e a Frente Revolucionária Antiimperialista

A Tendência POR tem sido frontal inimigo da formação da Frente Brasil Popular, cuja estratégia é a de constituir um governo democrático e popular de reforma capitalista. A caracterização de que a Frente Popular é um instrumento de submissão do proletariado à pequena burguesia e à burguesia e, portanto, de colaboração de classes, se confirma plenamente com a sua abertura aos partidos e políticos da burguesia. O ingresso do PDT, do PSDB e "progressistas" do PMDB na Frente Brasil vem consolidar os objetivos estratégicos de um governo democrático burguês, saído das eleições presidenciais. O PT e consortes estalinistas da FBP trabalham por um governo de coalizão com partidos burgueses, cuja denominação de progressistas é falsa. Após a derrocada do regime militar, a esquerda burguesa democratizante tem sido o pilar de sustentação de todo tipo de ataque às condições de vida das massas. E, nas eleições, com maior ou menor diferença, apresentaram um programa compatível com as exigências recolonizadoras do imperialismo e de proteção do grande capital contra as massas famintas. Entretanto, mesmo que fossem progressistas, isto é, que realizassem significativas reformas a despeito das pressões imperialistas e desenvolvessem as forças produtivas do país, um governo de colaboração com eles seria uma forma de submeter o proletariado e as massas ao Estado opressor e aos exploradores.

O fundamental é o conteúdo de classe dos partidos, do programa, da frente e do governo. Temos insistentemente assinalado que a FBP se articulou sob a base de uma política e de um programa de gerenciamento do capitalismo putrefato, que perante a direita pró-imperialista (Collor) comparece como uma variante de esquerda democrática. Por mais à esquerda que possa estar essa força política, seu papel é de manutenção das relações capitalistas, da opressão de classe e da defesa do Estado burguês. E, também, ainda que o pilar da Frente Popular não fosse um partido (o PT) organicamente representante da burguesia nem por isso deixará de expressar um conteúdo burguês, pois a sua vocação é de disciplinar o proletariado aos limites da democracia, do programa e das instituições estatais. O fato é que a espinha dorsal da Frente Popular se concentra na estratégia de um governo que breque a desagregação do Estado capitalista e evite que o proletariado se insurja como uma poderosa força independente, capaz de liderar a revolta da maioria nacional oprimida do país. Tanto é que, se no segundo turno estivesse Brizola ou Covas, a FBP iria se colocar por detrás dos partidos burgueses para formar um governo democrático.

Por esse processo, não é difícil se constatar que a tática da Frente Popular é produto das relações políticas condicionadas pelo Estado capitalista. Ela nasce como uma variante da crise e como apêndice da democracia burguesa. Mediante o desabamento progressivo do regime político (da ditadura burguesa sobre as massas) e o aprofundamento da luta de classes, a Frente Popular se estrutura como alternativa para canalizar a rebeldia das massas para uma política de aliança com uma fração burguesa e de pacto social. Trata-se de limitar o desenvolvimento da luta direta (greves, ocupações, levantamentos), contralá-la pela intervenção democratizante do governo frente populista e domesticá-la pela integração de suas organizações (CUT, Sindicatos) ao Estado.

Desde as greves iniciais do ABC, o proletariado vem avançando passo a passo na polarização classista, que hoje abarca amplas camadas dos oprimidos. A greve geral de 48 horas e todo surto grevista ocorrido no governo Sarney indicaram a tendência profunda à confrontação das classes e a conformação do eixo revolucionário da situação. O movimento operário e das massas iniciou um processo de estruturação da maioria, que marcha na direção da formação de frentes de combate ao grande capital, aos latifundiários e ao imperialismo. Impulsionados pela brutal exploração e pela crise do governo, as massas objetivamente se colocam em posição de choque contra o Estado e ameaçam transbordar o controle democrático dos partidos patronais. As ocupações de fábrica e de terras são os sintomas mais significativos dessa ameaça, bem como a intervenção militar do Estado (Volta Redonda) reflete a contrapartida da polarização.

Sem dúvida, trata-se apenas de uma etapa do processo de radicalização, mas o suficiente para indicar a presença revolucionária do proletariado no interior da crise. A Frente Brasil Popular atua precisamente como desvio do eixo da luta direta que se direciona contra o Estado e os capitalistas. Apresenta para as massas a via do governo democrático como instrumento de solução da miséria, e substituto da ação de massa para responder à crise estrutural do capitalismo. A Frente eleitoreira se levanta como o meio para se concretizar tal objetivo. Em contraposição ao aumento do choque de classes, que se desenvolve além corporativismo sindical e ganha dimensão nacional, a frente eleitoral comparece como a via pacífica e de negociação entre as classes em conflito. Não é por outra razão que a Frente Popular não assumiu características de combate anticapitalista e antiimperialista. Ela ocupou, assim, o lugar eleitoreiro e demagógico que os partidos burgueses democratizantes detinham até outro dia, especialmente o PMDB. Desta forma, toda tentativa de apresentar a Frente Popular e sua expressão prática (os comícios, os comitês eleitorais) como uma possibilidade de luta das massas não passa de uma farsa. Ao contrário, a frente eleitoreira tem alimentado as ilusões democráticas dos trabalhadores em relação às virtudes da democracia burguesa, de um governo de esquerda nacional e de política de negociação pacífica das contradições de classe. E ninguém de boa fé poderá desfazer essa constatação quando, aos nossos olhos, a onda grevista foi bloqueada, as campanhas salariais abortadas e os sindicatos perfilados inteiramente à caça de votos. A quebra delirada da campanha salarial dos bancários e agora dos petroleiros é a consequência mais infame da orientação eleitoral burguesa da Frente Brasil Popular.

Fica evidente que a constituição da Frente Popular responde a uma situação de agravamento da luta de classes e da opressão imperialista do país, tendo como pano de fundo o impasse da economia capitalista. Uma das características fundamentais da presente crise está em que a burguesia nacional se mostra extremamente dividida e impotente para arrancar o país do atraso, potenciado ainda mais pela estagnação e pelo aumento da opressão imperialista. A crise econômica do Brasil semicolonial traz à tona os grandes problemas como a opressão nacional, o predomínio latifundiário, o parasitismo financeiro e o fabuloso crescimento da miséria relativa e

absoluta dos explorados. A Frente Popular se alimenta da incapacidade da burguesia em apresentar uma solução que não seja catastrófica e, ao mesmo tempo, da colocação desses problemas sob a ótica do reformismo e do calaboracionismo classista.

A linha do distributivismo progressivo, da renegociação da dívida externa, da negociação com os especuladores da dívida interna, da reforma agrária limitada, da manutenção das estatais lucrativas, etc é a substância programática derivada de interesses distintos das frações burguesas e da pequena burguesia. Pretende-se uma possibilidade de solução da crise, no âmbito do Estado burguês e da propriedade capitalista, que fique entre a reação pró-imperialista aberta e a revolução proletária. Se esses fatores da crise permitem viabilizar um governo pequeno burguês frente populista e a própria frente de esquerda eleitoreira, serão eles mesmos que demonstrarão a inviabilidade da solução nacional-reformista. O fim da Frente Popular é o de concluir prostrada frente à crise estrutural, o imperialismo e à oligarquica reacionária que manda no Estado. Mas isso não seria tão importante se não tivesse a função de conduzir o proletariado à derrota por falta de independência política e por ser arrastado detrás de um programa inimigo.

A T. POR tem sido acusada de sectária por atacar a Frente Brasil Popular e por resistir à poderosa monumental onda democratizante, que tomou conta do país e arrastou o conjunto das esquerdas, sem exceção, à euforia da candidatura Lula. Considera-se sectarismo condenar as manobras do frentismo eleitoreiro e levantar a defesa da tática revolucionária, isto é, da Frente Revolucionária Antiimperialista. A crise do Brasil é típica de um país capitalista semicolonial submetido ao imperialismo decadente. Por essa razão, cabe ao proletariado a tarefa de levantar um programa de independência nacional, transformação agrária e revolução social. Nem a burguesia nacional, nem a pequena burguesia poderá tirar o país da condição de atraso e submissão. A força motriz para a emancipação nacional e social dos explorados é a classe operária.

A Frente Popular e seu programa negam esse elemento histórico essencial ao arrastar o proletariado para detrás de uma frente de coloboração e de um programa de remedeo capitalista. Ao contrário, a constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista permitiria ao proletariado se colocar como dirigente de um amplo movimento de massa pela liquidação do imperialismo, do grande capital e da oligarquia agrária. Seria um instrumento não para caçar votos, mas para mobilizar a nação oprimida contra o capital imperialista e nacional. Teria lugar de destaque nessa frente a massa camponesa empobrecida, que almeja quebrar o poderio dos latifundiários. O objetivo de tal frente somente poderia ser o de criar as condições para a luta pelo poder pela via revolu-

cionária. A Frente Antiimperialista se subordina, assim à estratégia da revolução e ditadura proletária. Trata-se, portanto, de uma impostura negar a Frente Popular sem se defender a estruturação da Frente Revolucionária Antiimperialista.

E que ninguém imagine que o T. POR rejeitou a intervenção no processo eleitoral. Não! T. POR se posicionou por utilizar as eleições como um meio para levar às massas as tarefas condizentes com a profundidade da crise e da situação exasperante dos trabalhadores. Um meio para chamar os trabalhadores ao combate direto e à organização independente. A formação de uma frente de massas pelas reivindicações elementares e pelas grandes tarefas nacionais poderia ser defendida desde a tribuna eleitoral, ajudando o proletariado a se destacar como o pólo classista aglutinador da maioria oprimida. A formação dos comitês de luta em torno de uma plataforma anticapitalista e antiimperialista distintos dos comitês eleitoreiros pró-Lula, poderiam ser os embriões da Frente Antiimperialista nas fábricas, campos, bairros, escolas, etc. No campo, os comitês camponeses pela terra seriam estimulados; na cidade os comitês fabris e as assembleias populares dos bairros oprimidos se disseminariam.

Certamente, essa política não visaria adaptar às massas às eleições e nem cumpria a função de eleger Lula, mas atuaria fortemente sobre a tendência revolucionária dos trabalhadores e abriria uma perspectiva de intervenção independente no próprio quadro eleitoral. As correntes de esquerda menosprezaram essa colocação da T. POR e se agarraram na bandeira de um governo dos trabalhadores partido pelo voto popular. Quer dizer, se arrastaram atrás da Frente Popular. Há os que julgam a Frente Revolucionária Antiimperialista inviável ou imatura para a situação, quando na verdade as condições objetivas para a sua formação estão colocadas, necessitando para isso de uma ampla intervenção para superar o atraso político das massas. O que sim é verdadeiro é que a Frente Popular contribui decisivamente para que as condições objetivas de revolta antiimperialista e anticapitalista não sejam materializadas na forma de Frente Revolucionária Antiimperialista.

**ABAIXO A FRENTE POPULAR!
NÃO À CONCILIAÇÃO DE CLASSE!
PELA ESTRUTURAÇÃO DA FRENTE REVOLUCIONÁRIA
ANTIIMPERIALISTA!
PELA UNIDADE FRENTISTA DOS OPRIMIDOS CONTRA O
CAPITAL IMPERIALISTA E NACIONAL!**

Escreva para o jornal MASSAS

**um jornal de luta
pelo governo operário e camponês
e pelo socialismo**

**Caixa Postal nº 01171
CEP 01057 — São Paulo — SP**

Por que empunhar a estratégia da Ditadura Proletária

A Tendência POR se opôs ferrenhamente à estratégia do governo democrático popular, que deu vida à Frente Brasil Popular. Diferentemente das correntes que desbulharam a consigna do governo dos trabalhadores, governo comprometido com os trabalhadores, governo dos trabalhadores da cidade e do campo, governo operário e popular, a T. POR levantou a ditadura proletária. E afirmou com todas as letras que a luta pelo governo operário e camponês é a forma de implantar a ditadura de classe da maioria explorada contra a minoria exploradora. Essa estratégia pressupõe que a chegada do proletariado ao poder será através da violência revolucionária, isto é, da derrubada da burguesia pelas massas.

Os meios pacíficos, democráticos e conciliadores servem justamente para sustentar o poder violento da classe burguesa e a opressão imperialista. Por intermédio das urnas somente sairá um governo desta natureza. Logo todos saberão que a UDR foi esmagada nas urnas, mas não sofreu nenhum arranhão no seu poder de reação violenta, em grande parte extraído do Estado. O mesmo se poderá dizer sobre os demais partidos. Nenhum governo democrático popular ou dos trabalhadores eleito quebrará a ditadura da classe burguesa. E aqueles que defendem que pelo menos amenizará um pouco as costas dos oprimidos não passam de bastardos agentes da burguesia, quando não muitíssimo ignorantes. E aqueles que pensam estar se opondo ao governo democrático com a vaga fórmula de governa dos trabalhadores da cidade e do campo, que comporta todo tipo de ambigüidade e manobras táticas, não passam de centristas e confusionistas.

A colocação do governo democrático e popular e da Frente Popular é um grito de guerra à estratégia de destruição do Estado burgês e de implantação da ditadura proletária. É o combate da pequena burguesia democratizante e do estalinismo à revolução proletária, a única que de fato emancipará o país do imperialismo e os assalariados dos capitalistas. Não é possível intervir de dentro do PT, sem capitular, senão se contrapondo à ditadura proletária. Todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, se utilizaram de subterfúgios para intervir nas eleições não foram capazes de

manter uma linha de independência de classe no quadro democratizante. A contraposição da estratégia proletária aos objetivos do governo democrático popular não é uma manobra tática perante a situação eleitoral. Ela define toda a política de intervenção na crise capitalista. O proletariado não poderá chegar ao poder, apoiado na maioria explorada, senão através da luta pela instauração da ditadura revolucionária da maioria. Para isso é necessário criar as condições políticas e organizativas, pois, quanto às condições objetivas, o apodrecimento da capitalismo já se encarregou de criar.

Todo capitalismo vive na fase imperialista, isto é, de decadência das forças produtivas que já não mais podem se desenvolver sob a camisa-de-força da grande propriedade monopolista e do domínio do capital financeiro parasitário. Os países semicoloniais e atrasados como o Brasil estão totalmente integrados ao capitalismo internacional. O que implica que não poderá liberar suas forças produtivas senão rompendo por completo com a exploração imperialista. Essa tarefa a burguesia não pode cumprir e muito menos a pequena burguesia democratizante, agarrados que são ao regime de propriedade privada. O campesinato, embora destinado a agir revolucionariamente contra os latifundiários, tampouco encabeçará um movimento de emancipação nacional e social, pois tem suas raízes fincadas no regime de propriedade agrária. O proletariado sim é a classe que porá fim à opressão, porque não só expulsará o imperialismo como expropriará o grande capital.

A completa internacionalização capitalista e a conseqüente mundialização da crise histórica confere o caráter da revolução, isto é, vivemos em plenas condições materiais para a revolução proletária. Em nosso país, pela situação de oprimido e semicolonial, se revestirá de conteúdo nacional, porque se oporá ao imperialismo, e social, porque colocará a abolição da grande propriedade. Nenhum governo democrático poderá ser o instrumento para tal obra, na verdade servirá de freio à luta independente das massas e de divisão entre o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia urbana, também empobrecida. Ao contrário, a ditadura proletária, por implicar destituir a

burguesia da propriedade dos meios de produção e do poder do estado, é a porta para grandes transformações e saltos na capacidade produtiva.

De onde o proletariado arrancará forças para se levantar e arrastar a maioria da nação contra toda laia de opressores? Justamente da presente econômica e política. Os reformistas ao conquistarem a direção do movimento social estão evitando que o proletariado se coloque desde agora esse objetivo, que exige a formação do partido revolucionário, isto é, a superação da crise de direção. A miragem do governo dos trabalhadores e do parlamentarismo serve de arma para manter as massas no âmbito da política burguesa. Desta forma, qualquer concessão redundará na adaptação antirevolucionária. Para não se conceder, é fundamental se contrapor ao reformismo com a defesa da ditadura proletária, dos métodos da ação direta e do programa anticapitalista e antiimperialista.

Está em plena vigência a tendência das massas passarem das lutas econômicas elementares para a luta política. O grau de apodrecimento da economia é tal que a burguesia não pode fazer e sustentar mínimas concessões. Os capitalistas se tornam cada vez mais ferozes contra os assalariados e estes mais revoltados contra aqueles. Esta é a essência do período convulsivo que o país atravessa. E é desta profunda contradição que nasce a necessidade tanto do reformismo quanto da revolução. O reformismo para amortecer o ímpeto dos oprimidos. A revolução para libertar a verdadeira força progressiva da humanidade. Quem não vê que é isto que se coloca em jogo na etapa atual da crise comete um erro irreperável. A T.POR, empenhada na emancipação dos trabalhadores do sistema assalariado, empunha a estratégia da revolução e ditadura proletária.

**FORA COM A ESTRATÉGIA DO GOVERNO DEMOCRÁTICO BURGUESES!
FORA COM O PACIFISMO REFORMISTA E PARLAMENTAR!
FORA COM OS CENTRISTAS DE TODA LAIA COM SEU GOVERNO DOS TRABALHADORES!
VIVA A REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS!
VIVA O MÉTODO DA AÇÃO DE MASSA!**

Que unificação é essa?

A Corrente Sindical Classista (CSC) aprovou na reunião de seu Conselho Nacional em agosto uma resolução que colocava a busca de entendimentos com a CUT no sentido de unificação. Alguns setores da CUT já se posicionaram plenamente favoráveis à unificação imediata. Sequer levantaram qualquer crítica sobre as condições impostas pelas CSC (independência política e organizativa no interior da Central, indicação de observadores para as reuniões dos organismos dirigentes da CUT, etc).

O que chama a atenção é que a CSC não passa de um aparelho do PCdoB, que ao ser escurraçado pela burocracia direitista da CGT (Magri, Luiz Antonio) arrastou atrás de si uma fatia da burocracia descontente com a falta de força e com o enorme esvaziamento da Central pelega. Como é que se vai unificar uma CUT enraizada nacionalmente nas massas com uma articulação burocrata de sindicatos sem maiores expressões para o combate? Sem dúvida é fundamental para a unidade dos trabalhadores arrancar todos os sindicatos que ainda estão nas mãos da burocracia, que sobrevive fora da CUT, e colocá-los sob sua única direção. Mas isso deve ser feito não através de unificações aparelhistas e espúrias e sim através da luta oposicionista que varra a burocracia cegetiana e seus filhos pródigos, como é o caso da CSC. E mais ainda, quem é o PCdoB para impor condições para essa farsa de unificação?

O estalinismo sempre foi um inimigo da construção da CUT (e do PT). Quando os pelegos se negaram a construir uma Central Única de Trabalhadores, tiveram ao seu lado o estalinismo, que também foi seu aliado na construção do salva-vidas do peleguismo reacionário, a Conclat, depois chamada CGT. Nos sindicatos pelegos, como nos Metalúrgicos S.P., colaborou ativamente com a burocracia reacionária em oposição à CUT. Onde não detinha os sindicatos, sectarizava a CUT para facilitar a vitória pelega nas eleições. No campo partidário, o PCdoB, ex-integrante do PMDB, sempre atacou o PT pelo seu radicalismo, e agora tem papel de destaque na formação das frentes populares eleitoreiras. Foi o PCdoB que chantageou mais a fundo o PT no sentido de colocar um vice burguês na chapa. O estalinismo é o campeão do frentismo populista que, quando efetivado, em todos os países só tem levado os trabalhadores às mais profundas derrotas. Seu caráter contra-revolucionário já está mais que comprovado historicamente.

Mas o que fez com que se aproximassem atualmente a burocracia cutista e a CSC? O estalinismo aponta como uma primeira razão para a unificação a representatividade sindical real que a CUT alcançou ou seja, a quantidade de sindicatos filiados. Aquilo que era um elemento extremamente positivo e um dos fatores essenciais para que a CUT se construísse, a grande quantidade de oposições sindicais, é apontado pelo estalinismo como o principal problema inicial da Central. Como se vê, aquilo que se colocava contra o peleguismo e pela construção de direções sindi-

cais independentes da burguesia é o oposto do que o estalinismo sempre desejou.

Outro ponto destacado como positivo pela CSC são as modificações nos estatutos da CUT em 88, que bloqueou a participação das oposições nos Congressos e na direção da Central, dando maior peso às diretorias dos sindicatos e não às bases. A burocratização da CUT é aplaudida pelos estalinistas e considerada uma condição essencial para viabilizar sua entrada na Central. Aliás, quanto mais burocratizada, melhor para a CSC, que aponta ainda desvios "basistas" no estatuto.

A "unidade" a qualquer custo, isto é, disciplinadora do alcance da luta, realizada pela CUT na preparação das greves gerais ou setoriais também é um elemento "positivo", um avanço para a CSC. Todo o papel de desmoralização que teve a presença dos pelegos boicotando a luta, a submissão da CUT à chantagem de Medeiros e Cia são elogiados pela CSC. A chamada unidade contra a luta, pela cúpula, é parte integrante do programa estalinista. Unidade pela base, na luta, é sectarismo para a CSC. Enfim, o frenetismo burocrático controlador e domesticador dos movimentos é a tônica valorizada pela CSC.

Meneguelli, que confessa ter mantido relações com os companheiros da CSC enquanto eles estavam na CGT, diz que os companheiros da CSC "não estavam na Central certa". Faz uma propaganda ainda maior afirmando que, enquanto na CGT, era a CSC quem ia "para as fábricas" levar a luta, só "emprestando a sigla da CGT". Os militantes antigos do movimento sabem de toda "colaboração" que os estalinistas deram para a luta, em especial enquanto participavam da diretoria dos metalúrgicos S.P.

Se hoje há uma aproximação entre a CSC e a direção da CUT é pelos passos dados por esta nos últimos anos, sempre no sentido de impedir que a CUT se construísse para varrer os pelegos e construísse direções de luta independentes dos patrões e do Estado. Tem burocratizado a Central cada vez mais, acompanhado a consolidação da política democratizante e desenvolvido a contradição cada vez maior entre esta e as tendências de combate das massas. Tem sido responsável pela sobrevivência dos pelegos ao buscar a unidade a qualquer preço com os mesmos e boicotar a organização de oposições classistas. Tem procurado canalizar as massas para as instituições do regime vigente (Constituinte, eleições presidenciais, etc) em oposição às suas aspirações de resolução dos problemas pela ação direta. Enfim, tem caminhado para desempenhar o papel que o próprio estalinismo desempenhou no passado. É isto que os aproxima.

A luta contra a burocratização e direitização da CUT só pode ter sentido sobre a base de um programa revolucionário, que, no caso em questão, situa o estalinismo na sua real condição de elemento contra revolucionário no movimento, que deve ser combatido como inimigo de independência de classe dos trabalhadores.

Pela Frente Unica Antiimperialista!

Preparar a greve geral

O eleitoralismo se superpõe às campanhas salariais

As campanhas salariais de 89 se encerraram sem luta. Quase nenhuma categoria saiu em greve pela reposição. E não foi falta de disposição de luta. A verdade é que a disposição foi canalizada para a caça de votos. As direções sindicais passaram a apontar para a conquista de um governo "democrático-popular" ou coisa parecida como a solução para o tremendo arrocho salarial e os ataques às condições de vida e trabalho dos oprimidos.

Tanto os pelegos quanto às "direções combativas" acabaram no mesmo lugar: índices que não repõem as perdas reais nem garantem a preservação do nível atual dos salários. Chegamos a presenciar assembleias lotadas que apenas serviram para votar o acordo (Têxtil-S.P.). Confirma-se assim a previsão de que as eleições funcionariam como tampa na panela de pressão social. Contra isso, a Tendência POR se opôs terminantemente nos Congressos Regionais, estaduais da CUT, que antecipou a onda eleitoral.

A discussão sobre a Greve Geral foi jogada para as calendas gregas. É claro, como fazer uma greve geral contra um possível governo democrático da Frente Brasil Popular? Por sua vez, os trabalhadores não tardarão a responder: em janeiro, quando o 13º salário acabar e a inflação tiver passado os 50%, vai ser

difícil segurar a avalanche grevista. A preparação da greve geral seria um poderoso instrumento para dar vazão à revolta das massas cansadas de carregar o peso da crise capitalista.

As campanhas salariais demonstraram que sem uma política de independência de classe, oposta ao frentismo eleitoral e à colaboração de classe, não é possível sequer os aumentos salariais. Mesmo as mais elementares reivindicações só poderão ser conquistadas sob uma política revolucionária. A estratégia reformista democratizante não só não é progressista nem realizável no quadro do capitalismo em crise, mas também é um obstáculo até mesmo para a defesa das condições mínimas de sobrevivência.

É preciso que a vanguarda reaja contra as manobras distracionistas eleitorais, com a ilusão do governo democrático popular, sob pena de se colocar no campo dos que bloqueiam as lutas das massas. É preciso retomar a colocação da greve geral contra a ofensiva imperialista.

EM DEFESA DA AÇÃO DIRETA, CONTRA O ILUSIONISMO ELEITORAL!

EM DEFESA DA GREVE GERAL! CONTRA A OFENSIVA DO CAPITAL!

Metalúrgicos SP

Por uma chapa da CUT

O deputado Francisco de Souza (Chico Gordo) tem defendido a formação de uma chapa de oposição metalúrgica que abarcaria todos os setores que se opõem ao sindicalismo de resultados, ou seja, conjunta com a Corrente Sindical Classista.

Sua avaliação é de que na eleição passada em 87, houve "sectarismo de todas as posições envolvidas na disputa". Nada mais falso. Sectarismo houve por parte da direção da CUT, identificada com a Articulação, que procurou por todos os meios fazer com que o MOMSP ficasse isolado na chapa, com Lúcio Bellantani à cabeça e em conjunto com "setores" da antiga diretoria (CSC entre eles). Não se submeteram à convenção aberta da CUT, e abriram uma verdadeira guerra no interior da Central contra aqueles que apoiaram o MOMSP (vide eleição dos químicos).

O MOMSP não pode ser acusado de sectário. Todos sabem que foi mesmo longe demais em fazer concessões a Bellantani no sentido de garantir a "unidade". Seu pecado não foi o de formar a chapa cutista, mas não ter tomado uma posição independente, construído um programa antiburocrático e classista e trabalhado nas fábricas para a construção de uma direção classista e de luta.

A posição da DS se revela mais uma vez contra a construção de um sindicato de combate, pois se volta à conquista do aparelho a qualquer preço. Ao contrário defendemos a chapa única da CUT, sem pelegos, construída a partir da constituição de direções independentes e de luta nas fábricas, em oposição aos pelegos e suas variantes.

Não somos contra, por princípio, uma chapa frentista que inclua a Corrente Sindical Classista. Mas nos opomos a uma chapa frentista que não esteja condicionada por um programa antiburocrático e classista, que subordine os estalinistas e seja um instrumento para desmascarar sua política de submissão dos sindicatos ao Estado e aos democratizantes.

Também condenamos uma chapa que omita as críticas à ação perniciososa dos integrantes da CSC à CGT e à diretoria de Joaquinão e esconda sua velha tática de unidade burocrática. O frentismo só tem razão de ser se for para anular e liquidar a política de conciliação no movimento operário. Mas não é essa visão das correntes da CUT que articulam a unidade. Nesse sentido, nos opomos completamente.

Por sua vez a Articulação pretende dar um golpe nos metalúrgicos propondo à CUT que componha uma chapa unitária com a diretoria pelega. Isso seria a maneira mais direta de arrebentar com a construção de uma alternativa classista para os metalúrgicos. Há que se denunciar essa manobra liquidacionista da Articulação. Para isso, a luta por um programa antiburocrático e classista é necessário e só a luta política pode levar a vitória de uma oposição de uma oposição principista. Nesse sentido, é dever de todo militante revolucionário lutar pelo desenvolvimento de tal programa e rejeitar a forma com que vem sendo encaminhado o processo de discussão da chapa.

Metalúrgicos — S. Bernardo

Metal Leve — Organizar a luta

A empresa metalúrgica Metal Leve ganhou notoriedade pelo fato de ter inaugurado no dia 11 de setembro, na Carolina do Sul, Estados Unidos, uma fábrica de pistão articulado. Estima-se que o Sr. Mindlin obterá um faturamento de cerca de 15 milhões de dólares ao ano. O fato de um burguês nacional conseguir investir numa potência imperialista como os Estados Unidos foi motivo de orgulho nacional e de propaganda das virtudes do capitalismo bem administrado. É nesse sentido que muito se frisou a aplicação pela Metal Leve de 2,7% de seu faturamento bruto, que para este ano está previsto em 340 milhões de dólares, em pesquisa tecnológica. Desta forma, aparece como um modelo a ser seguido por todos capitalistas brasileiros.

Está aí o encanto da burguesia semicolonial raquítica e sua assombrosa cobiça de se tornar importante no cenário internacional, dominado por um punhado de senhores do capital, que mata milhões de fome em toda parte do globo. O único ponto em que os burgueses brasileiros não perdem para os imperialistas é quanto à exploração a fundo dos operários. Nisso podem concorrer em pé

de igualdades. Os trabalhadores dos países submetidos ao imperialismo estão sujeitos às condições de trabalho as mais duras possíveis.

Assim, enquanto o Sr. Mindlin abre novas fábricas fora do Brasil (vai explorar o operário norte-americano), os trabalhadores da metal leve são obrigados a lutar por reivindicações mais elementares: 1º) Horário livre para tomar café às 9:00 horas às 15 horas sem acréscimo na jornada é claro; 2º) Equiparação salarial, reduzindo as faixas salariais no máximo a duas por função; 3º) Regulamentação das linhas de ônibus; 4º) Abono de Emergência de 240 horas em dezembro; 5º) Aumento real para todos os trabalhadores; 6º) Redução do horário noturno, sem redução do salário; 7º) Comissão de fábrica.

Já está na hora do Sindicato Metalúrgico organizar a luta na Metal Leve e expandí-la para toda classe. Chega de exploração capitalista! Chega de enriquecimento burguês e empobrecimento dos trabalhadores! Chega de imobilismo sindical! Organizar a luta fábril! Formar a comissão de fábrica na Metal Leve!

Diadema:

Greve do funcionalismo põe em xeque a política antioperária da prefeitura

Os funcionários públicos de Diadema acabam de protagonizar uma importante luta contra a administração petista do Prefeito José Augusto em defesa de suas condições de vida carcomidas pelo arrocho salarial e a opressão capitalista. Durante 24 dias, os funcionários da Prefeitura se bateram pela reposição salarial de 35,79%, não anulação dos concursos, convênio médico e adiamento de 30%.

Em todo esse tempo o Prefeito se manteve intransigente, nada cedeu aos trabalhadores, utilizou da repressão policial e judicial e, ainda por cima, descontará os dias parados. A conduta antioperária deste triste personagem não é nenhuma novidade. Todos devem se lembrar que, recentemente, o mesmo reprimiu centenas de famílias operárias que, empurradas pela miséria, ocuparam um terreno público conhecido com o nome de Buraco do Gaçuza.

Desta vez, como o da vez anterior, contou com a cumplicidade da direção do Partido dos Trabalhadores, que em momento algum se posicionou a favor dos grevistas e nem exigiu do Prefeito atendimento das reivindicações do funcionalismo, manobrou protelando qualquer atitude que "comprometesse" o desempenho eleitoral do Lula nas eleições e lavou as mãos diante da truculência do Zé Augusto. A Prefeita de São Paulo foi mais longe. Mandou caminhões de lixo para ajudar a quebrar a greve. A mesma Erundina, que já dirigiu greve de funcionários públicos. Que miséria!

Se o movimento não foi vitorioso não se deveu à falta de disposição de luta e nem organização dos trabalhadores. Pelo contrário! À intransigência do Prefeito, estes responderam com assembleias massivas, piquetes multitudinários, arrastões e até ocupando a prefeitura. Toda a responsabilidade é das direções. Estas refletiram a profunda covardia e o seu inveterado oportunismo na

condução da greve. A Convergência Socialista, O Trabalho e a Articulação trabalharam em todo momento contra o aprofundamento e radicalização do movimento, procurando a via do acordo contra os funcionários. Tentaram protelar a deflagração da greve que já devia ter saído em 17 de outubro (só foi decretada em 01.11), procuraram negociar uma saída que jos livrasse das críticas da direção do PT ou que pudesse justificar a sua expulsão do partido. Manobraram para que os grevistas não fossem exigir do Lula o seu posicionamento e vergonhosamente repetiram como papagaios que o Zé Augusto não cumpria o programa do PT que eles sim defendiam.

Esta falsificação é uma característica dos oportunistas. Não é que Zé Augusto não cumpre o programa do PT. É que o próprio programa do PT se propõe a gerenciar o Estado burguês falido e diante do funcionalismo que sai à luta em defesa da sua integridade, só pode reagir com a repressão característica do Estado burguês. A falsificação é tanto mais criminosa se considera que sua finalidade é embelezar o alçoz dos trabalhadores e quebrar o seu movimento.

Os funcionários públicos estão chamados a assimilar esta experiência e a levantar uma direção que tenha como princípio a independência política perante o estado burguês e seus agentes e traduza a política da classe operária. Somente uma direção operária do funcionalismo, que tenha como norte a liquidação revolucionária do regime burguês, poderá desenvolver consequentemente a defesa das condições de vida do funcionalismo.

VIVA A GREVE DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE DIADEMENA ABAIXO AS DIREÇÕES OPORTUNISTAS E ANTIOPERÁRIAS PELA CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL E NACIONAL!

Judiciários — SP

Balanço do dia de manifestação

Apresentamos os pontos de balanço crítico da paralisação do dia 1º ocorrida no judiciário a ser debatido pela direção sindical e pelas bases.

Consideramos de máxima importância que toda diretoria do Sindicato faça um rigoroso balanço da paralisação do dia 5. Isso porque cabe à direção se responsabilizar em grande medida pelas atividades do sindicato, principalmente quando se trata da mobilização. Nesse sentido, apresentamos resumidamente os seguintes pontos, considerando que também não nos eximimos das responsabilidades.

1) A paralisação do dia 8 não atingiu seu objetivo, isto é, servir de alavanca para a campanha salarial. Apenas uma minoria aderiu à greve e se colocou em posição de mobilização. Basta ver o pequeno número de participantes na Assembleia.

2) Um dos fatores responsáveis pela restrita mobilização foi o empirismo e a falta de organização da mobilização. Neste ponto, a diretoria carrega inteiramente a responsabilidade. Faz parte dessa conduta a saída do panfleto de convocação da greve em cima da hora. A falta de material de propaganda e agitação como meio de preparação da manifestação revela a pouca seriedade como foi encarada a proposta de um dia de luta com greve;

3) A assembleia do dia 28 já havia demonstrado a pouca preparação das atividades. Tanto é que esta foi transformada indevidamente em reunião da diretoria. E temos de reconhecer que faltou uma análise acurada das possibilidades da greve. Convocar uma greve, seja ela por 1 dia ou 2 horas, exige uma ampla intervenção na classe para que esta possa responder positivamente. E se temos a avaliação de que a greve não sairá com um mínimo de respaldo, então não temos porque aventurar;

4) É necessário considerarmos que, depois de uma longa greve como a de abril de 89, a colocação pura e simplesmente de um dia de paralisação é o mesmo que chamar os trabalhadores à desconfiança das possibilidades da luta. A tarefa correta é a de se trabalhar por amadurecer um novo levante grevista, mais poderoso do que o anterior. Desta forma, não cabe um dia de greve isolado e sem perspectiva. Ora, alguém poderia dizer que está difícil uma nova mobilização abrangente. Por isso mesmo que cabe à

direção desenvolver as questões políticas para os trabalhadores, de tal forma que estes voltem a ganhar confiança e reconhecer que não há outra saída para seus problemas senão lutar. Agora, toda proposta vacilante e mal preparada apenas contribui negativamente.

5) Uma das questões políticas é a da unidade do funcionalismo. Todos sabemos que a dificuldade principal de mobilização conjunta reside na resistência da burocracia sindical, que prima por manter o corporativismo. É nosso dever não apenas colocar formalmente a campanha unificada, mas defendê-la denunciando todo entrave burocrático. Isso é possível se levantarmos propostas concretas de movimento conjunto. E um dos meios para isso é defender a convocação de uma plenária de delegados de todo o funcionalismo para organizar um grande movimento de base. Há que se considerar que a crise econômica se agravará proxima e que o presidente eleito, provavelmente Collor, a despejará sobre os assalariados. Temos de prever um novo choque econômico, que agravará as condições de vida das massas.

6) Como conclusão, consideramos necessário que a diretoria modifique sua conduta e adote um método de trabalho e de intervenção política sobre a classe. Que se coloque por organizar a base ativista. Que tire um plano de mobilização a ser rigorosamente posto em prática, prevendo reuniões, panfletagens, assembleias e defesa da campanha unitária do funcionalismo. Que se empenhe por levar os problemas políticos da crise capitalista, das suas consequências do que tenderá acontecer e das tarefas do movimento sindical.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em nosso último jornal Massas criticamos as deliberações tomadas pelo Congresso sindical dos judiciários quanto à questão da unificação como Sindicato de Santos. Os militantes do Jornal O Trabalho consideraram incorreta a colocação de que estiveram a favor da chantagem feita pela ala burocrática de Santos que só se unificaria caso grande parte da arrecadação local ficasse com a regional santista. De fato, essa posição aparelhista esteve a cargo da Convergência Socialista. Neste sentido, retificamos nosso erro para que não se configure em difamação.

Têxteis — SP

Fortalecer a oposição classista

A burocracia pelega, que se instalou em nosso Sindicato há anos, tem permitido que os trabalhadores têxteis fossem duramente atacados pela patronal. Como exemplo recente, basta ver o acordo salarial feito em novembro, onde as migalhas oferecidas foram negociadas para que não houvessem as mobilizações da classe, mesmo com assembléias massivas não se propôs a greve.

Como já mencionamos no artigo pasado, os têxteis representam um setor extremamente importante, com uma alta concentração de trabalhadores (com fábricas acima de 1.000 operários) e o grosso dos assalariados submetidos ao grande capital (nacional e internacional). Ao mesmo tempo se tem um grande arrocho salarial, uma alta rotatividade no emprego e alternância entre a elevação do ritmo de trabalho e demissões em massa.

Com todas essas condições para a organização e desenvolvimento das lutas, a burocracia bloqueia o combate da classe, pois, pelo fato de estar atrelada a patronal, acaba com as lutas (seja abafando-as e quando não consegue isolando-as) e é correia de transmissão no movimento sindical da política de conciliação de classe.

A falta de organismos nas fábricas (comissões de fábrica, grupos clandestinos e cipas combativas) permite que os companheiros continuem a ser enganados e dóceis perante a chibata da patronal, até mesmo por não terem meios de sair disso.

Aliado a estes problemas, temos ainda a fragilidade da Oposição classista que ainda não conseguiu se implantar nas fábricas, nem constituir uma vanguarda em torno de si. Nesse sentido, está colocado o fortalecimento da Oposição, que se dará com a elaboração de um programa classista, através das lutas a serem travadas com a burocracia, evidenciando o confronto entre a classe operária e a patronal, preparando saídas e ampliando as organiza-

ções de fábrica como meio de se construir a organização operária independente e de massa.

Para a Oposição está colocado o aumento das atividades de agitação, procurando ampliá-la para o maior número de fábricas e iniciando as atividades de sua organização, convocando reuniões periódicas, com vistas a sua estruturação.

Um outro ponto a ser questionado é a oposição de "compasso de espera" que a CUT tomou em relação à Oposição. Na verdade, a CUT espera que um setor da burocracia do sindicato (o liderado pelo Zé Roberto) se incorpore a ela, entrando por um atalho para se evitar a construção de uma linha de independência da CUT nos têxteis. Esse procedimento é perigoso, pois se existem diferenças entre estes setores da diretoria, elas desaparecem quando se trata de desmontar as lutas e embolsar as contribuições assistenciais para gozar de uma série de mordomias. Essa posição da CUT contribui, portanto, para evitar o crescimento político de um embrião classista, que é a Oposição.

A principal tarefa colocada para a Oposição está na intervenção nas greves que ocorrerão provavelmente de forma isolada, no próximo período, originadas do péssimo acordo salarial, aliado a alta inflacionária, que irá rapidamente corroer o salário. Essa intervenção na organização e divulgação das greves deve ocorrer como forma de quebrar seu isolamento, ampliando-as e canalizando-as para a Greve Geral Têxtil.

Com isto estaremos nos preparando para assumir a direção do movimento, facilitando o nosso enraizamento nas fábricas, aproximando a vanguarda operária de nossas posições, estruturando os organismos de fábrica. Somente vencendo as barreiras e desenvolvendo as lutas grevistas que a Oposição se fortalecerá e tornará apta a ser direção do Sindicato Textil.

Apeoesp

É preciso retomar a luta!

A situação econômica do magistério paulista se agrava dia a dia. Apesar das inúmeras greves realizadas nesses últimos anos, o professorado continua sofrendo um brutal arrocho. Basta se ver que, para atualizar o salário referente ao período de 1964, é necessário um ajuste de 381,71%, o que significa estar recebendo, por 20 aulas semanais, NCz\$ 7.337,00. O abono conseguido com a greve de 80 dias (junho de 89) já foi em grande corroído pelas altas taxas inflacionárias. A perda salarial, no governo Quéricia, atinge novamente 52,52%, o que vale dizer que o salário pelas 20 aulas deveria ser 2.323,22.

Já ficou claro à categoria que para recuperar essas perdas tem de ir à luta contra o Estado-patrão. Nesse momento, há necessidade de se preparar uma nova ação da classe, corrigindo os erros e apontando a unidade com os professores a nível nacional, com o funcionalismo público e com os demais trabalhadores em luta. Para isso, é fundamental rechaçar, desde já, a tendência perigosa da direção da Apeoesp de manter mais uma mobilização no isolamento, prática essa que comprovadamente só tem levado as massivas greves dos trabalhadores em educação à derrota.

A preparação das mobilizações unitárias e poderosas em todo o país é um passo importante para destruir a política de aniquilamento dos serviços públicos por parte do Estado burguês. Para isso, a Apeoesp, entidades do funcionalismo e CNTE devem, a partir desse final de ano, trabalharem para esse fim. Devemos denunciar os "dialogadores", "conciliadores" e mostrar que o avanço do movimento passa pela formação dos comandos de base, eleitos em assembléias, como a direção efetiva da luta grevista.

Isso vem no sentido de romper com a prática sindical e política levada pela direção da Apeoesp (ala majoritária do PT-Articulação), que impede a politização dos trabalhadores. Essa direção, nestes longos anos, pôde demonstrar suas posições conciliadoras e corporativas. Através dessa política, as greves e manifestações são encaradas como meio de pressão, limitados à convivência pacífica com o Estado burguês e não como medida de força da classe contra os exploradores. A sua orientação vem

no sentido de não se chocar com o governo, sempre utilizando o argumento que estamos numa etapa de acúmulo de forças. Sabemos que uma direção que mantém os movimentos na passividade e no isolamento corporativo só tende a colaborar com esse Estado e não romper com ele. Essa conduta da direção se apoia na despolitização da classe para justificar sua linha conciliadora e de disciplinamento das greves e para combater todos aqueles que se opõem frontalmente a essa política. Uma direção conseqüente, ao contrário, trabalha a fundo por elevar a consciência dos trabalhadores, aproveitando desde as reivindicações mais elementares (por exemplo, a incorporação de um abono).

O combate a esta posição da direção é de extrema importância para o avanço do movimento dos professores, pois a tendência é o agravamento das condições de vida. E o Estado patronal exercerá, cada vez mais, a sua ação de destruição da escola pública em prol da privatização do ensino. Portanto, a defesa do piso salarial do Dieese, a luta pelo ensino público e gratuito, o fim da privatização do ensino e da saúde são bandeiras que unem os trabalhadores em educação com os demais oprimidos do país. A luta por essas reivindicações colocam na ordem do dia a necessidade de denunciar o disciplinamento das greves, a política de conciliação e todos os métodos que contribuem para desmontar o movimento dos professores.

Desta forma, defendemos a preparação da greve geral nacional dos trabalhadores em educação com a perspectiva de unidade com os demais trabalhadores. Essa é a via mais segura para derrotar a política de fome do Estado patronal.

**NÃO À POLÍTICA DE ISOLAMENTO DA GREVES! PELA GREVE NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO!
NÃO À POLÍTICA DE FOME DO ESTADO PATRÃO! PELO PISO NACIONAL DO DIEESE!
NÃO À DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: ESCOLA E SAÚDE!
PELA GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO!
NÃO AOS CONCILIADORES! COMANDOS UNITÁRIOS ELEITOS NA BASE!**

Securitários — SP: burocracia faz tudo pra enterrar a campanha

Pseudo-oposição cruza os braços

Nem bem começou a campanha salarial dos securitários e a burocracia desferiu os primeiros golpes contra a sua organização. Na última assembleia, realizada no dia 7 de novembro, a oposição entrou com uma proposta de agitação e organização da luta: tirar um comando de mobilização, divulgar amplamente um índice contendo todas as perdas dos últimos 5 anos, fazer assembleias relâmpagos nas portas das empresas, formar uma comissão de negociação constituída por delegados eleitos para enfrentar a Fenaseg. Desgraçadamente, a assembleia estava esvaziada, impedindo que os trabalhadores pudessem impor suas formas de mobilização à burocracia e passasse por cima do seu aparato de contenção.

Embora a oposição tenha se degladiado contra a reação pelega, a força do aparato conseguiu se impor, impedindo que se tirasse qualquer medida efetiva de luta. O que nos chamou a atenção foi a ausência total da outra oposição (CUT-securitário), dirigida pelo Causa Operária, que não tem mexido um dedo para mobilizar os assalariados de tão empenhado que está na campanha eleitoral de Lula. Isso quando sabemos que não há outro meio de liquidar com o entrave aparelhista da burocracia senão levando os trabalhadores a se chocarem contra ele através da luta direta. Neste particular, o eleitoralismo da oposição de Causa Operária está contribuindo para enterrar a campanha salarial e ajudar que a burocracia sobreviva por mais algum tempo.

Sabemos perfeitamente que os securitários passam por uma fase de refluxo, embora a exploração tenha se agravado. Muitos fatores contribuem para que essa contradição não se resolva. Há desconfiança total dos trabalhadores em relação à burocracia, que acaba se revertendo contra o sindicato. É natural que isso aconteça, pois em sua direção ainda impera uma camarilha de burocratas, que é mais reacionária do que os pelegos clássicos. Ela é um apêndice direto da classe patronal. Isso se agravou devido aos golpes que sofreu a antiga oposição, com a degenerescência política levada a cabo por Causa Operária e a conseqüente divisão da mesma. Não se pode esconder que a ala classista da oposição acabou se debilitando frente à classe, que ainda não pôde identificar os verdadeiros liquidacionistas de todo um trabalho antiburocrático. As duras penas a oposição classista vem se reconstituindo, tendo contra si a profunda rejeição que os trabalhadores criaram em relação ao sindicato burocrático. Assim, as dificuldades de mobilizar dificulta a penetração da oposição e a sua própria reconstrução. Contudo há um outro fator de ordem mais geral que também condiciona o refluxo dos securitários. A campanha salarial ocorre num quadro de anestesia eleitoral. Praticamente todas as campanhas salariais foram abafadas, haja vista a dos bancários, metalúrgicos, químicos, têxteis, frios, etc. Criou-se um enorme quadro de isolamento, que reforça as dificuldades in-

rentes de mobilização dos securitários.

Compreendendo tudo isso é que a oposição antiburocrática e classista concentrou todos seus esforços para levar os securitários à luta. Procurou não se desviar um milímetro da necessidade de ação direta para se enfrentar a violenta exploração e o aparelhismo pró-patronal da burocracia. O dever revolucionário da vanguarda residiu e reside no esforço para que os trabalhadores compreendessem a necessidade de se pôr em movimento, como uma única forma de se defenderem da sanha capitalista. Para isso, era e é fundamental não ceder ao poder burocrático da camarilha repressiva do sindicato, rechaçar o desvio eleitorista que alimenta as ilusões democráticas e não se limitar às próprias fraquezas da oposição em estágio de reconstrução.

Mas é fundamental que se tenha claro que a luta pela campanha salarial ainda não terminou. Há que se denunciar a fundo a burocracia, condenar o imobilismo da pseudo-oposição e manter a agitação e a propaganda pelas reivindicações dos trabalhadores securitários.

**FORA O IMOBILISMO!
ORGANIZAR A LUTA SECURITÁRIA!
PELO COMANDO DE MOBILIZAÇÃO
ELEITO NAS BASES!
PELA ORGANIZAÇÃO DA GREVE!**

Construir a oposição classista: unidade no campo da CUT sem pelegos

A oposição cutista até o ano de 85/86 procurou construir-se na categoria como um pólo classista, impulsionando as lutas e a organização de base dos trabalhadores. Evidentemente, que, ao se constituir de tal maneira, enfrentou a oposição não só da burocracia reacionária, como também do estalinismo e demais setores oportunistas e carreiristas que na ocasião se faziam presentes na categoria. Foi assim até agosto de 86, quando a oposição dirigiu a primeira greve geral da categoria, após mais de 20 anos de total imobilismo. Após o término da greve, a menos de sete meses das eleições sindicais a situação era de total reconhecimento por parte dos securitários, quanto a oposição ser de fato a única alternativa de direção para a categoria.

Surpreendentemente essa situação começou a mudar a partir daí. O eixo da intervenção, que até então tinha sido o de impulsionar as lutas e a organização independente dos trabalhadores, transforma-se e as eleições sindicais tornam-se o centro de toda a atividade da oposição, desligando-se da organização das lutas. Tal política teve conseqüências nefastas para a oposição. O abandono dos princípios classistas foi o que determinou que os militantes, após a fraudulenta vitória dos pelegos, dispersassem completamente. Nesse quadro, cabe a Causa Operária a maior responsabilidade, pois na ocasião detinha a hegemonia políti-

ca da oposição e, sobretudo após as eleições, abandonou completamente o trabalho na classe.

Novamente se aproximam as eleições sindicais. A oposição classista, após tantos golpes, está tentando se reconstruir sobre a base da independência de classe e da democracia operária, buscando enraizar-se dentro das empresas, impulsionando a luta e, também, se preparando para as eleições sindicais como parte desse processo.

Causa Operária, cristalizando uma tendência que se colocava inicialmente de forma confusa em meados de 87, se constitui hoje num freio à reconstrução de um pólo classista, chegando inclusive a chocar-se abertamente com a vanguarda nas assembleias, com sua política centrista e eleitoreira que se contrapõe à organização das lutas na categoria. Não bastasse isso, CO tem levado uma luta fracional e faccional, torpedeando a oposição classista até rachá-la, arrastando atrás de si os elementos menos experientes politicamente, única forma de garantir sua política de desprezo às lutas, e aproximação com o peleguismo, como é o caso de seu recente "namoro" com um setor do racha da burocracia, e também do ingresso do seu mais recente militante (Domingos A. de Castro, ex-vice presidente do sindicato que enterrou diversas lutas da categoria em sua gestão e Sidney, pelega que enterrou deliberadamente a última greve na

Cosesp).

A principal lição que devemos tirar da evolução dessa situação é que só é possível eliminar a burocracia reacionária do sindicato, impulsionando as lutas da categoria rumo à independência de classe, única forma também de se construir uma direção classista e de luta oposta ao peleguismo. E que é somente sobre as bases dos princípios classistas que podemos reconstruir a oposição, inclusive para concorrer às eleições agora em 90.

Todas as experiências vividas pela oposição demonstram que qualquer unidade dos setores que se reivindicam do classismo é impossível sem a base de um programa que defenda claramente o princípio da independência de classe e da democracia operária.

Nesse sentido foi que apresentamos à oposição CUT Securitários (Causa Operária) uma carta aberta defendendo a formação de uma chapa frentista (unitária) da oposição, tendo por base a formulação de um programa classista e de luta que se apoie nos seguintes pontos:

1º — Por um sindicato de massa e de luta. Isto é, que o sindicato passe a ser controlado pelos próprios trabalhadores, e que sirva de meio para a classe se mobilizar contra os exploradores e a opressão social.

2º — Por um sindicato independente do Estado, dos patrões e de qualquer burocracia

cia baseado na democracia sindical. Isto é, que o sindicato expresse uma política dos assalariados contra os capitalistas e não de colaboração entre as classes antagônicas. E que tenha como fundamento de sua organização a soberania das assembleias gerais, das assembleias por empresa e das comissões por local de trabalho. Que se assegure a mais ampla liberdade de expressão política das correntes sindicais e que se elimine a deduração dos pelegos.

3º — Pela construção de uma direção classista, combativa e anti-burocrática. Para is-

so deve se apoiar num claro programa de luta junto à classe e ser fiel a seu cumprimento. Para ser classista é necessário que esteja empenhada a ir fundo na luta contra a exploração capitalista do trabalho.

4º — Defender a CUT, constituindo-se num sindicato oposto a qualquer burocratização da própria Central Sindical. A CUT é uma conquista da maior importância dos trabalhadores e por isso deve ser construída e fortalecida. Mas se deve considerar que no seu interior também existem tendências burocratizantes que devem ser

combatidas por uma política de classe.

5º — Por uma plataforma de luta. Os securitários não é uma exceção no quadro de extrema exploração e opressão de classe. Basta que veja o miserável piso salarial, que engloba a maioria dos assalariados. Nesse sentido está colocada uma campanha incansável pelo piso calculado pelo DIEESE. Ao mesmo tempo, cabe a luta intransigente pela recuperação de todas as perdas salariais, aumento real e escala móvel de salários.

Crise na pelegada em São Paulo: Diretoria tenta prorrogar seu mandato às costas da categoria

A atual diretoria do sindicato foi a alternativa encontrada pelo ex-presidente Waldemar Castilho do Amaral (pelego ultra reacionário), para tentar bloquear o ascenso grevista da categoria iniciado em 85, como também enfrentar o crescimento da oposição Cutista, principalmente nas eleições sindicais em 87.

O arranjo combinando setores reacionários da antiga diretoria com uma pequena parcela ligada ao assistencialismo, dirigida na época pelo funcionário do sindicato Serafim (atual presidente), constitui-se tão ruim politicamente que mesmo sendo aconselhado por seu "testa de ferro" (Juarez, porta voz oficial da diretoria nas assembleias) não conseguiu impor uma derrota mais significativa à classe.

Após fraudar as urnas em 87, a burocracia num curto período de tempo conseguiu desenvolver sua política, conseqüência imediata tanto da ausência de lutas na categoria, quanto do desaparecimento da opo-

sição.

Hoje, próximo às novas eleições sindicais, a diretoria se vê novamente mergulhada numa crise de aparelho, motivada pela reestruturação da oposição que, ao organizar as greves na última campanha salarial e de reposição este ano, conduziu a classe ao choque com a política imobilista e pró-patronal de burocracia reacionária.

O racha à direita impulsionado por Castilho com base na desmoralização da diretoria e em suas brigas internas, objetivou num primeiro momento, trazê-lo de volta para o sindicato, detendo o total controle do aparelho para posteriormente enterrar de vez as lutas.

A solução encontrada por Castilho foi novamente remanejar a diretoria eliminando os elementos que, por pura incompetência, mostraram-se incapazes de atender a seus objetivos mesquinhos (caso Serafim), reafirmando o caráter abertamente reacionário e pró-patronal da diretoria, como

também impedindo que a classe processe as lutas nessa campanha salarial.

Aproveitando-se do refluxo temporário da categoria e das atenções voltadas para o encontro nacional no RS (onde a oposição classista estava presente), fechou o sindicato e tentou prorrogar o mandato da diretoria. Felizmente não vingou esse golpe, pois a oposição classista juntamente com outros securitários impediu a realização da assembleia do dia 02/10, denunciando o seu caráter e exigindo a convocação de uma assembleia massiva para organizar a Campanha Salarial e discutir o processo eleitoral sindical.

Mais uma vez fica a lição de que essa burocracia ultra-reacionária só será liquidada definitivamente, se a categoria romper o bloqueio, entrando para o sindicato, realizando as lutas e construindo a direção classista, alternativa ao peleguismo.

Cabe à oposição classista a organização dessa luta.

Contra o imobilismo do comando nacional pelego, unidade da classe

Formar os comandos de base, eleitos nas assembleias e preparar a greve geral

Apesar das resoluções aprovadas no Encontro Nacional de Viamão (RS) virem de encontro à organização de uma Campanha Salarial de luta, corremos o risco de não serem cumpridas tais deliberações. Isso porque as direções dos sindicatos de PE (Articulação), RS e ES (Corrente Sindical Classista), juntamente com uma parte da oposição em SP (Causa Operária), priorizaram e priorizam a nível geral a campanha presidencial em detrimento da organização de uma nova greve geral, colaborando para o isolamento das lutas no 1º semestre e o refluxo da classe verificado hoje.

Por outro lado, essa situação aponta para a necessidade da superação das direções pelegas e nível nacional, hoje reagrupadas sob a orientação do corrupto Waldemar Castilho do Amaral, que busca fechar os sindicatos para a classe e encerrar a campanha a nível nacional.

Mesmo com as antecipações de 80 a 100%, que nada mais é que uma manobra utilizada pela burguesia para evitar a mobilização, os salários continuam baixos, a classe continua descontente, sabendo que essas antecipações serão descontadas no acordo de janeiro, como ocorreu nesse

ano.

Apoiando-se nessa possibilidade de luta é que a oposição classista está impulsivando a organização da greve geral, chamando a unidade da classe contra o arrocho salarial, por aumento real, escala móvel de salários, unificação da data-base para setembro, e outras reivindicações.

A formação dos comandos de base, eleitos nas assembleias a partir das representações por local de trabalho, para dirigir a Campanha Salarial em contraposição ao comando nacional da burocracia é uma questão vital para garantir a luta.

Nenhum apoio à Frente de Conciliação de Classes

Bolívia: abaixo a repressão à greve docente.

Em defesa do POR boliviano

O governo do presidente Paz Zamora decretou no dia 15 de novembro o "Estado de Sítio", declarou ilegal a greve dos 75 mil professores bolivianos e reprimiu violentamente os grevistas. A Central Operária Boliviana foi obrigada a ir para a clandestinidade e cerca de 3000 sindicalistas estão presos. O ataque governista foi precipitado pela extensão e radicalidade da greve dos docentes, que alcançou naquela data o seu 23º dia, pela greve de fome de importantes dirigentes sindicais e pela perspectiva de ampliação do movimento para o conjunto das massas golpeadas pela política de fome do governo. O que a greve dos docentes colocou é que, diante dos ataques às condições de vida dos trabalhadores perpetrados pelo governo pró-imperialista, a única resposta correta é a ação direta, a greve e o armamento das massas. E colocou de maneira prática graças à presença dirigente do POR, o partido trotsquista boliviano que defende a estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias. Isto explica a histeria do governo quando entitula a propaganda contra a greve e contra o POR da seguinte maneira: "Pode um punhado de dirigentes manejar setenta e cinco mil professores?", referindo-se principalmente à liderança exercida por Miguel Lora e Vilma Plata, dirigentes do POR e da Federação dos docentes, e também devido a influência política das idéias poristas no movimento sindical.

O caráter transeccental desta batalha está dado pela presença do POR como fator decisivo do movimento, isto porque ele, ao combinar acertadamente a luta pelas reivindicações materiais com a luta contra o Estado burguês conduz efetivamente às massas para a Revolução e Ditadura proletárias e ninguém que se refira à Bolívia pode deixar de apontar este fato. No Brasil, apesar do boicote da imprensa burguesa, houveram manifestações de solidariedade. O Sindicato dos Químicos de S.P. por exemplo, noticiou o fato e expressou o seu repúdio no boletim "Sindi-

luta" nº 1445. O Jornal "Luta de Classes" Nº 4, também se colocou a favor dos grevistas ressaltando "o sacrifício destes valentes e convictos lutadores", referindo-se aos dirigentes em greve de fome. Sem dúvida, foram manifestações muito positivas. Cabe, entretanto, perguntar-se: por que "Luta de Classes" não disse que "os valentes e convictos lutadores" pertencem ao POR boliviano? É claro que não se deve a nenhum lapso ou a desconhecimento dos fatos, uma vez que no seu Conselho Editorial participa Aldo Ramirez, conhecido historiador do trotsquismo latino americano.

A solidariedade com a luta dos professores e a denúncia da repressão pelo governo pró-imperialista de Paz Zamora é inseparável da defesa do POR boliviano verdadeiro guia do proletariado do altiplano e protagonista principal desta luta, e, seu ocultamento, pelo Jornal "Luta de Classes" é uma manifestação de filisteísmo pequeno burugês inconsequente.

A campanha da T.POR, pelo contrário, enfatizou justamente a relação do POR boliviano com as massas em luta, e chama em sua defesa ativa.

No mesmo sentido foi encaminhado na Câmara Municipal de Diadema um voto de repúdio ao Presidente Zamora onde se defende explicitamente aos dirigentes poristas.

O exemplo da Bolívia deve servir de lição aos exploradores brasileiros. A política imperialista para os países atrasados é uma só: recolonização. Isto significa o confisco da propriedade nacional, recessão, desemprego e miséria. Diante dela, as massas só tem um caminho, a ação direta em defesa de suas condições de vida. Mas deve servir também para extrair a principal lição que o proletariado boliviano nos ensina: o caminho de emancipação passa pela construção de um Partido Operário Revolucionário, sem o qual, a classe operária não poderá liderar a maioria nacional explorada.

Campanha da TPOR contra a repressão na Bolívia

A Tendência POR desenvolveu uma campanha de denúncia da repressão governamental contra os professores bolivianos, a COB e ao POR mediante manifesto distribuído aos trabalhadores e encaminhado à CUT, PT, Sindicatos, Câmaras Municipais, etc. No mesmo é analisada a greve dos professores como a resposta necessária das massas diante dos ataques do governo pró-imperialista. Este, na defesa dos lucros capitalistas, é forçado a reprimir as massas com as armas.

O governo do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) mostrou até que ponto chegam os democratizantes que pretendem reformar o capitalismo através do Estado burguês. "Os democratizantes se tornam abertamente mi-

litaristas; os nacionalistas se tornam imperialistas e os reformistas em maiores defensores da exploração do trabalho" conclui o manifesto.

O documento chama a defesa da COB, da Federação dos docentes e principalmente do POR.

PELA LIBERDADE AOS PRESOS POLÍTICOS!

PELO FIM DO ESTADO DE SÍTIO!

PELO DIREITO IRRESTRITO DE GREVE E MANIFESTAÇÃO!

PELA DEFESA DA COB!

PELA DEFESA DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!

Construir a Aliança Operária e Camponesa

Quem é o POR boliviano

O Partido Obrero Revolucionário é, atualmente, o partido trotsquista mais antigo da América Latina. É o único que, fundido ao proletariado, desenvolveu a estratégia da revolução e ditadura proletárias, resistindo incólume às pressões das classes hostis e às mudanças na situação política. De sua fidelidade a este programa, decorrem suas mais importantes conquistas teóricas e políticas no campo da tática revolucionária. A ele cabe o mérito de ter aprofundado, nas condições da América Latina, a tese marxista que nega a vigência histórica da democracia burguesa nos países atrasados e oprimidos pelo imperialismo e a necessidade da ditadura proletária como condição para o desenvolvimento das forças produtivas e a superação do atraso.

O POR-boliviano, aplicando o método marxista, defendeu e utilizou sempre a tática da Frente Única Antiimperialista, o método de ação direta das massas e a via insurrecional como condição para a tomada do poder.

Firmemente implantado no movimento operário, traduziu a influência das idéias revolucionárias no programa que a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros bolivianos aprovou em 1946, documento conhecido como Teses de Pulacayo, nele é clara-

mente colocada a estratégia da Revolução e ditadura proletárias, estabelecida uma nítida caracterização da Bolívia como país capitalista atrasado de economia combinada e defende a aliança operário-camponesa como eixo central da estratégia revolucionária.

A sua trajetória retilínea em defesa da Revolução lhe valeu a repressão e a sanha do Estado burguês. Diversas vezes colocado na clandestinidade, não perdeu o rumo revolucionário e se constituiu, de fato, no partido do operariado boliviano.

Nas eleições presidenciais deste ano, chamou o voto nulo, denunciou as manobras eleitoreiras e se bateu por uma linha de luta direta pelo poder. Além de sua influência na classe operária, o POR dirige, através da URUS, os estudantes universitários e comanda a Federação dos docentes. Participa junto com o POR-argentino e o Socialismo Revolucionário-Uruguaio, do Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional. Seu órgão oficial é o jornal Massas, o que levou a Tendência POR a adotar o mesmo nome para o seu jornal, reconhecendo na organização boliviana a referência contemporânea mais sólida em que os revolucionários podem se inspirar.

Sobre a Frente Única Antiimperialista

"Na época do Imperialismo a expansão do capital financeiro até os lugares mais afastados do planeta e, segundo suas próprias leis, na busca de elevadas taxas de mais-valia, gera inevitavelmente a divisão do mundo num punhado de nações opressoras e uma maioria de nações oprimidas. Nas nações oprimidas, incorporadas de fora à economia mundial, ocorre um limitado desenvolvimento do capitalismo. Sua consequência: escasso número do proletariado —, está presente o pré-capitalismo sob a forma de economia combinada, tendo como uma de suas expressões o grande peso demográfico do pequeno proprietário camponês, cuja baixa produtividade é marcada pelo primitivismo tecnológico. Estas características se traduzem no campo político na Revolução Proletária realizada pela nação oprimida, pelas massas majoritárias de várias classes sociais. Daí que, obrigatoriamente, não se aplique a tática de Frente Única Proletária e a necessidade de se utilizar a Antiimperialista que, por ser dirigida pelo proletariado, projeta o necessário caráter combinado da Revolução nos

países atrasados. Desaparece a divisão entre países maduros e não maduros para a Revolução Proletária que, no passado, se colocava como canga nos grandes movimentos de massa e como fresta pela qual se infiltravam as orientações políticas burguesas".

"A Frente Antiimperialista é constituída pelas massas da nação oprimida sob a direção política do proletariado, o que confere uma orientação revolucionária à sua luta. A libertação nacional, problema de toda a nação, é incorporada ao programa da Revolução Proletária. Não se trata tão somente de expropriar as empresas do capital financeiro, de recuperar a soberania do Estado, senão de derrubar o obstáculo que impede o desenvolvimento global do país. Desta maneira, a luta antiimperialista se projeta para a ditadura do proletariado".

Guillermo Lora — Vencer al atraso y al hambre (Problemas de la Revolución boliviana).

Sobre as ilusões democráticas

"... as ilusões democráticas consistem em acreditar-se que no marco da democracia formal ou representativa, forma de governo do Estado burguês, podem resolver-se os problemas sociais e nacionais, com a ajuda do parlamento e das leis. Isto quer dizer que a política burguesa predomina sobre as maiorias. O trabalho revolucionário consiste em ajudar os explorados a superar essas ilusões".

"Os piores inimigos para que as massas esgotem as ilusões democráticas — e tem que fazê-lo ao percorrer o caminho de sua emancipação — são os mal chamados partidos de esquerda, que se colocam inteiramente favoráveis à democracia e que levantam a falsa perspectiva de que aperfeiçoando-a se chegará ao socialismo. Os democratizantes são inimigos da Revolução".

Jornal Massas — nº 1153 — 27.6.89

Do programa do POR

"O POR é um partido marxista-leninista-trotsquista e se caracteriza por não ter mudado seu programa, por não se ter vendido nem claudicado nunca, é o grande capital político dos bolivianos.

Afirma que a Revolução consiste em destruir a grande propriedade privada dos burgueses, a fim de conseguir o desenvolvimento global, harmônico e independente da economia (forças produtivas). Essa revolução será realizada pela nação oprimida pelo imperialismo (operários, camponeses, artesãos, classe média) sob a direção política da classe operária. A revolução destrui-

rá o Estado burguês, a Constituição e as leis, o parlamento e a caritativa democrática, a fim de estruturar a ditadura do proletariado (governo operário-camponês), que se baseará e atuará através dos órgãos de poder que as massas vêm levantando durante sua luta atual. Os exploradores divulgam a mentira de que os explorados não podem governar, quando na realidade já governam ao se reunirem massivamente, deliberarem, tomarem decisões e executarem os seus acordos".

(Jornal Massas — nº 1149 — 30.5.89)

Viva o POR boliviano!